

Da invisibilidade ao gênero: percursos e possibilidades nas Ciências Sociais contemporâneas



MARIA IZILDA S. DE MATOS

Resumo

O artigo rastreia os estudos que incorporam a mulher nas investigações contemporâneas, recuperando o contexto de sua emergência e sua trajetória na produção brasileira nas últimas décadas. Em seguida será focalizada a categoria gênero, numa reflexão sobre suas contribuições para a ampliação das fronteiras epistemológicas, para a instauração de novas referências paradigmáticas, bem como apontará seus impasses, dificuldades e algumas de suas perspectivas.

Palavras-chave: gênero; feminismo; ciências sociais; trabalho; exclusão.

Abstract

The article tracks the studies that incorporate the woman in the

contemporary investigations, recovering the context of this emergency and path in the Brazilian production in the last decades. Soon afterwards, the category gender will be focused, in a reflection about their contributions for the enlargement of the epistemological borders, for instauration of new paradigmatic references, and it will point their impasses, difficulties and some of their perspectives.

Key-words: gender; feminism; social sciences; work; exclusion.

Na última metade do século XX, o planeta tornou-se palco de experiências transformadoras, o ritmo acelerado e o impacto das mudanças foram novidades até então desconhecidas. Nesse quadro, intensas alterações se

sucederam sem parar, o planeta se tornou urbano, as questões-tensões do cotidiano envolveram a todos, novos fenômenos impactaram, produzindo estranhamentos e crises, constituindo novas relações-tensões sociais, étnicas e geracionais que se impuseram como desafios a serem investigados.

Nesses últimos cinquenta anos, uma das mudanças mais marcantes na sociedade mundializada, talvez a maior delas, ocorreu nas relações entre homens e mulheres, cabendo destacar nesse processo o impacto do crescimento da presença-visibilidade das mulheres em múltiplos e diversificados setores: no trabalho, nas escolas e universidades, na política, nas artes e ciências. O olhar sobre o feminino frutificou no contexto da quebra dos paradigmas que possibilitou a descoberta de “novos sujeitos sociais” e favoreceu a inclusão das mulheres nas pesquisas. Lembrando apenas de um exemplo, contemporaneamente se afirma que a pobreza no mundo é feminina. Com certeza ela não passou por um processo de feminilização, mas até recentemente esse aspecto não era investigado; hoje, o gênero se impõe como uma questão fundamental nas ciências humanas.

O desafio de incorporar a questão de gênero vem sendo enfrentado de forma admirável, o campo se expandiu e questões emergentes nessas pesquisas têm contribuído de modo significativo para a renovação temática e metodológica das disciplinas, possibilitando a descoberta de temáticas, testemunhos, documentos, fontes, tempo-

ralidades, estratégias metodológicas e categorias analíticas, com destaque para a categoria gênero.

Assim, procurou-se rever imagens e enraizamentos impostos pelos paradigmas disciplinares, bem como dar visibilidade às mulheres, questionando a dimensão de exclusão a que estavam submetidas, entre outros fatores, por um discurso universal masculino. Revelaram-se novos femininos e masculinos, outras histórias foram contadas e outras falas recuperadas, abrindo possibilidades para o resgate de múltiplas e ricas experiências.

No novo século, apesar das resistências de diversos setores e áreas, os debates e ações incorporaram a questão de gênero, ela se tornou indispensável na academia e também no Estado; agências nacionais e internacionais, sindicatos, partidos e terceiro setor assumiram amplamente essa perspectiva em suas políticas públicas, ações interativas e programas de desenvolvimento social.

Tendo em vista essas inquietações, o presente trabalho, num primeiro momento, rastreará os estudos que incorporam a mulher nas investigações contemporâneas, recuperando o contexto de sua emergência e sua trajetória na produção brasileira nas últimas décadas. Em seguida, será focalizada a categoria gênero, numa reflexão sobre suas contribuições para a ampliação das fronteiras epistemológicas, para a instauração de novas referências paradigmáticas, bem como apontará seus impasses, dificuldades e algumas de suas perspectivas.

Percursos e influências

Desde os finais da Segunda Grande Guerra, o crescimento marcante da presença-visibilidade das mulheres vem inquietando os pesquisadores. A partir dos anos 1960, de forma mais contínua, um número crescente de investigadores passou a se questionar sobre esses “novos” agentes sociais — as mulheres — buscando rastrear suas ações, seus testemunhos no presente e enfrentaram o desafio de desvendar a invisibilidade feminina no passado.

A presença das mulheres nos escritos acadêmicos vem crescendo, em função de um conjunto de fatores que tem dado visibilidade às mulheres, mediante sua conquista de novos espaços.

Um primeiro fator seria a maior presença feminina no mercado de trabalho,¹ inclusive nas universidades,² conjugada à expansão da luta das mulheres pela igualdade de direitos e pela liberdade, numa conquista do espaço

público que derivou da afirmação dos movimentos feministas.

Por outro lado, a expansão dos estudos que incorporam a mulher e a abordagem de gênero localiza-se no quadro de transformações por que vêm passando as ciências sociais nos últimos tempos. Sendo possível afirmar que, por razões internas e externas, esses estudos emergiram da crise dos paradigmas tradicionais, que requeria uma completa revisão dos seus instrumentos de pesquisa. Essa “crise de identidade” levou à procura de outras experiências, revigorando o conhecimento e ampliando diferentes áreas e abordagens. Entre outros aspectos, possibilitou o questionamento das universalidades, permitindo a descoberta do outro, da alteridade, dos excluídos, entre eles, as mulheres.

Apesar dos longínquos antecedentes das lutas femininas,³ suas reivindicações voltaram ao cenário na década de 1960, em particular nas ações em torno de 1968, quando da “segunda onda” do movimento feminista. Em 1975, a ONU instaurou o Ano Internacional da Mulher e, vinte anos depois, em 1995, mulheres de todo o mundo

1. O crescimento da entrada das mulheres no mercado de trabalho em expansão foi possível, em grande parte, pela generalização do uso dos contraceptivos (desde os anos 1960), que viabilizou o controle mais efetivo da maternidade e um redimensionamento do tempo feminino, apesar da dupla jornada.

2. Nesse processo não se pode negar que a emergência desse novo objeto se deva em grande parte à crescente presença feminina nas universidades e à sua organização em núcleos de pesquisa e estudo sobre o tema. *Women's studies* e depois os *Gender Studies* foram antecedentes e modelos de interdisciplinaridade. Hoje, no Brasil são mais de cem núcleos de estudos do tema, em grande parte organizados na Redifem (Rede de Estudos Femininos).

3. No Brasil, desde os finais do século XIX, sinhás e mulheres de elite publicaram jornais femininos nos quais suas reivindicações concentraram-se, sobretudo, em dois pontos: a educação feminina e o direito de voto das mulheres. Desde os anos 1920, mulheres como Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura e Eugenia Cobra lutaram pela emancipação feminina, paralelamente às lutas de mulheres operárias, sobretudo anarquistas. Temos aí claramente definidas as duas vertentes do feminismo: a liberal e a libertária.

estiveram discutindo sua situação numa grande Conferência em Beijing.

No Brasil, desde os anos 1970, mesmo sob o contexto desfavorável dos governos militares, os temas referentes à mulher reapareceram, colocando questões como violência, sexualidade, contracepção, aborto, juntamente com as reivindicações concernentes ao trabalho (a dupla jornada de trabalho) e à cidadania das mulheres. Somaram-se a essas lutas outros canais de participação da mulher, sobretudo na forma dos movimentos por melhores condições de vida, ocupando espaço social e político a partir da segunda metade da década de 1970. Nos âmbitos dos bairros, creches, escolas e principalmente nas igrejas, a presença feminina foi marcante, reivindicando condições de saúde, educação, saneamento básico, habitação (carências de uma população excluída do processo de urbanização), além da luta pela anistia.

Como os espaços tradicionais de expressão política se encontravam fechados, elas se organizavam em formas alternativas de atuação, muitas vezes em torno de uma luta pelo imediato, que as constituíam enquanto sujeitos coletivos e políticos.⁴

Assim, na década de 1970, as mulheres “entraram em cena” e se tornaram visíveis na sociedade e na academia, na qual os estudos sobre a mulher

se encontravam marginalizados na maior parte da produção e na documentação oficial. Isso instigou os interessados na reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres nas sociedades presentes e passadas, descobrindo-as como objeto de estudo, sujeitos da história e agentes sociais.⁵

As novas tendências de abordagem, emergentes nesse momento, possibilitavam uma abertura para os estudos sobre a mulher, ao ampliarem áreas de investigação, ao renovarem a metodologia e os marcos conceituais tradicionais, apontando para o caráter dinâmico das relações sociais e modificando os paradigmas estabelecidos. Contudo, a influência mais marcante para essa abertura parece ser a descoberta do político no âmbito do cotidiano, o que levou a um questionamento sobre as transformações da sociedade; o funcionamento da família; o papel da disciplina e das mulheres; o significado dos fatos, lutas e gestos cotidianos. Assim, a expansão dos estudos sobre a mulher vinculou-se a uma redefinição do político, ante o deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano.⁶

A essa politização do dia-a-dia incorpora-se também a visão do relativismo pós-moderno, que praticamente destrói a tradicional distinção entre

4. SADER, E. (1989), *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; SOUZA-LOBO, E. (1991), *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense.

5. MATOS, M. I. S. de (2000), *Por uma história das mulheres*. São Paulo, Edusc.

6. MATOS, M. I. S. de (2002), *História, cotidiano e cultura*. São Paulo, Edusc.

o central e o periférico na análise, contribuindo, assim, para que fossem diversificadas as temáticas e ampliados os focos sobre o objeto de análise.

Essas novas perspectivas e influências emergentes nesse momento possibilitaram a reorientação de enfoques, com o desmoronamento da continuidade, o questionamento de abordagens globalizantes do real, permitindo também o questionamento da universalidade dos discursos, deixando explícito que as análises do presente e do passado eram parciais e datadas. Traziam como preocupação abrir trilhas renovadoras, desimpedidas de cadeias sistêmicas e de explicações causais; criar possibilidades de articulação e inter-relação; recuperar diferentes verdades e sensações; promover a descentralização dos sujeitos e permitir a descoberta das novas experiências, procurando articular experiências e aspirações de agentes aos quais se negou lugar e voz dentro das análises convencionais.

Nessa perspectiva, o tema da mulher passou a atrair os pesquisadores, desejosos de ampliar os limites de sua disciplina, permitindo uma abertura de novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, explorar as experiências de homens e mulheres, freqüentemente ignoradas ou mencionadas apenas de passagem.

A pluralidade de possibilidades de olhares sobre o objeto — mostrando que este pode ser desvendado a partir de múltiplas questões — permite perceber toda uma vinculação entre a produção acadêmica e a emergência dos

movimentos feministas e de mulheres. Esse esclarecimento se faz mais necessário quanto se dá conta de que as análises não recuperam o real no passado e no presente, mas constroem um discurso sobre ele, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade do pesquisador que recorta, narra e constrói seu objeto.

O tema na produção acadêmica

Nas ciências sociais, nos últimos anos, os estudos sobre a mulher, sua participação na sociedade, na organização familiar, nos movimentos sociais, na política e no trabalho foram ampliados; o tema adquiriu notoriedade e abriu novos espaços, em particular após a incorporação da categoria gênero. A produção sobre as mulheres vem crescendo e tomando vigor pluralista, abrangendo distintas formas de abordagem e conteúdos variados.

Não se pretende aqui um levantamento exaustivo e completo dessa ampla produção, deve ser entendido mais como um esforço no sentido da reflexão, pontuando algumas questões que parecem ser fundamentais para o debate e para a instauração de novas referências paradigmáticas.

A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade, de Heleieth Saffioti,⁷ é o marco para todos que buscaram uma abordagem sobre as mulheres, abrindo possibilidades para o processo de emer-

7. SAFFIOTI, H. (1969), *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. São Paulo, Livraria Quatro A.

gência do tema. Nos anos 1970 privilegiou-se, entre outras questões, a do *trabalho feminino*, em particular, o trabalho fabril. Todavia, esse privilégio dado ao mundo do trabalho possivelmente se deve a um certo vinculamento inicial dessas pesquisas aos estudos sobre o movimento operário e a uma herança da tradição marxista, mais especificamente da teoria do patriarcado, cuja preocupação era identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre as mulheres.

A produção brasileira sobre as mulheres nos anos 1980 apresenta variadas abordagens, que analisam aspectos diferenciados da questão. No âmbito da temática do trabalho, além de resgatar o cotidiano fabril, as lutas e greves femininas, sua ação-exclusão nos espaços dos sindicatos, procurou-se recuperar as múltiplas estratégias e resistências criadas e recriadas pelas mulheres no cotidiano, bem como sua capacidade de explorar as inconsistências ou incoerências dos sistemas sociais e políticos para encontrar brechas, através das quais pudessem se expressar ou, ao menos, sobreviver, movimentos e ações nos quais atuaram e se destacaram.

Procurou-se reconstruir a estrutura ocupacional feminina num meio urbano através do exercício de papéis improvisados, destacando e descobrindo sua presença constante na inserção do espaço público, em que as atividades femininas adquirem importância.

A maior parte desses trabalhos privilegiou a mulher no espaço urbano, em sua faina para colaborar na manutenção da casa, quando não provendo

sozinha o próprio sustento e o da família. Nesse sentido, os estudos como os de E. P. Thompson foram inspiradores para trazer luzes sobre o que poderíamos chamar de uma “cultura de resistência”, em que a luta pela sobrevivência e a improvisação tomaram feições de atitudes políticas, formas de conscientização e manifestações espontâneas de resistência.

A partir desses anos 1980, destacaram-se os estudos sobre o papel feminino na família, as relações vinculadas ao casamento, à maternidade e à sexualidade. Focalizando a intersecção entre o privado e o público, entre o individual e o social, o demográfico, o político e o erótico.

Assim, para além do tema do trabalho, passaram a ser focalizados aspectos diversos das ações femininas e de ações sobre as mulheres, destacando a educação feminina, a disciplinarização, os padrões de comportamento, os códigos de sexualidade e a prostituição.

Nessa produção, recente mas significativa, poderes e lutas femininas foram recuperados, mitos examinados e estereótipos repensados. Num leque de várias correntes de interpretações, procurou-se recuperar a atuação das mulheres como sujeitos ativos, de modo que as imagens de pacificidade, ociosidade e confinamento ao espaço do lar vêm sendo questionadas, descortinando-se esferas de influência e retomando os testemunhos femininos.⁸

8. Foram inspiradores para os pesquisadores brasileiros os trabalhos de Natalie Zemon Davis,

Contudo, torna-se cada vez mais necessário, sem esquecer a opressão histórica sobre as mulheres, superar a dicotomia ainda fortemente presente entre a “vitimização” da mulher — uma análise que apresenta um processo linear e progressista de suas lutas e vitórias — e a visão de uma “onipotência” e “rebeldia” feminina, que algumas vezes estabelece uma “heroicização” das mulheres.

O crescimento da produção nas ciências sociais aponta que não se trata apenas de incorporar as mulheres no interior de uma grande narrativa pronta, quer mostrando que as mulheres atuaram e atuam tanto quanto os homens no presente e na história, quer destacando as diferenças de uma “cultura feminina”, perdendo-se, assim, a multiplicidade do ser feminino, podendo cair numa mera perspectiva essencialista.

Existem muitos “femininos” e “masculinos”, e esforços vêm sendo feitos no sentido de se reconhecer a diferença dentro da diferença, apontando que *mulher e homem* não constituem simples aglomerados; elementos como cultura, classe, raça-etnia, geração, religião e ocupação devem ser ponderados e intercruzados numa tentativa de desvendamento mais frutífera, através de pesquisas específicas que evitem tendências a generalizações e premissas

Michele Perrot, Arlette Farge, Danièle Kergoat, Mary Nash, Donna Haraway, Joan Scott, Louise A. Tilly, Eleni Varikas, Judith Butler, Teresa de Lauretis, Sandra Harding, Marilyn Strathern, entre outras.

preestabelecidas. Sobrevem a preocupação em desfazer noções abstratas de “mulher” e “homem”, enquanto identidades únicas, a-históricas e essencialistas, para pensar a mulher e o homem como diversidade no bojo da historicidade de suas inter-relações.

Após a fase inicial da necessidade de tornar visíveis as mulheres, vinculada a uma certa obsessão pela denúncia, que teria caracterizado uma primeira geração de pesquisadoras, abre-se a possibilidade de se recobrar a experiência coletiva de homens e mulheres no passado em toda a sua complexidade, bem como se procura um aprimoramento metodológico que permita recuperar os mecanismos das tramas de relações entre os sexos e as contribuições de cada qual ao processo histórico e ações presentes.

Gênero: uma categoria útil de análise histórica

É em função das críticas acima apontadas e das próprias tensões/transformações nas reivindicações dos movimentos feministas⁹ que surge o gênero como categoria de análise.

9. Não se pode esquecer que, a partir dos anos 1980, o feminismo passou por toda uma auto-crítica: antigas plataformas, como a busca pela igualdade de condições e direitos em relação aos homens e a procura de construção de uma identidade feminina única, foram em parte questionadas, pontuadas pela diversidade dentro das lutas femininas. As mulheres penetravam nos movimentos sociais, expressando suas reivindicações no interior dos partidos, sindicatos e inúmeras outras associações, a diversidade se implantou

Nesse sentido, importantes contribuições foram dadas pela arqueologia dos discursos de Foucault,¹⁰ somadas às propostas de desconstrução de Derrida e psicanálise de Lacan, além das questões postas por novas abordagens. Esses pensadores tiveram ressonância entre estudiosos do tema da mulher e dentro do movimento feminista, propiciando a emergência das pesquisas em torno do gênero.

A categoria gênero reivindica para si um território específico, ante a insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens.¹¹ Como nova categoria, o gênero vem procurando dialogar com outras categorias já existentes, mas vulgarmente ainda é usado como sinônimo de mulher, já que seu uso teve uma acolhida maior entre os estudiosos desse tema. Considerada mais “neutra e objetiva”, sua utilização também pode ser vista como uma faceta que busca dar legitimidade acadêmica por parte dos estudiosos do tema.

dentro do próprio movimento feminista, que deixava de ser uma luta una e localizada, as reivindicações pelo direito à diferença superaram a busca pela igualdade e a pela identidade, o gênero e o relacional se expandem.

10. Foucault influencia significativamente, em particular, ao questionar a naturalização do sujeito e desmistificar as construções das práticas discursivas dominantes.

11. Segundo alguns autores, os estudos de gênero constituíram um novo paradigma, marcado por uma epistemologia feminista, instaura-se a polêmica, com destaque para Linda Alcoff, Elizabeth Portes, Sandra Harding, entre outras.

Por sua característica basicamente relacional, a categoria gênero procura destacar que a construção do feminino e masculino define-se um em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente em um tempo, espaço e cultura determinados. Não se deve esquecer, ainda, que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são, portanto, uma forma primária de relações significantes de poder.

Tendo entre suas preocupações evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas, os estudos de gênero procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas por símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder, conceitos normativos, relações de parentesco, econômicas e políticas.

A categoria gênero encontrou um terreno favorável nas ciências humanas brasileiras contemporâneas, desnaturalizando as identidades sexuais e postulando a dimensão relacional. Assim, na década de 1990, os estudos se ampliaram e diversificaram em termos temáticos, de abordagens e focalizando diferentes momentos.¹² Ampliaram o campo, descobriram novos temas, diversificaram criativamente as fontes de pesquisa, aprimoraram as estraté-

12. BESSA, K. A. (1998), “Trajetórias do gênero”. *Cadernos Pagú*, Campinas, Pagú, nº11.; BRUSCHINI, C. e COSTA, A. (orgs.). (1992), *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Fundação Carlos Chagas/Rosa dos Tempos.

gias de investigação. Alguns temas foram priorizados, como a questão da violência, direitos reprodutivos, o corpo e o imaginário feminino.¹³

Apesar de se constituir num campo interdisciplinar dos estudos de gênero, algumas áreas foram mais receptivas, com destaque para a antropologia, história e psicologia. Foi crescente o número de dissertações e teses que, além de incorporarem as mulheres em um ou mais capítulos, privilegiaram as mulheres e a perspectiva de gênero como central. A apresentação de pesquisas nos congressos internacionais, nacionais e regionais cresceu. Foram constituídos GTs centrados na temática na Anpocs, Anpoll, Anpuh, ABA, Abralic, Abep, bem como em outros *fóruns*, além do que formou-se a Redefem, um fórum específico e interdisciplinar.¹⁴ Ampliaram-se, também, os cursos e disciplinas oferecidos;

todavia, a dificuldade maior em captar a dimensão desse processo são as publicações, que apesar de crescentes ainda são poucas e se encontram setorizadas.¹⁵ Assim, pode-se dizer que esses estudos impactaram o ensino e a pesquisa nas ciências sociais.

Contribuições: método, categorias, fontes e temporalidades

A expansão e o enriquecimento dos temas de investigação propostos pelos estudos de gênero foram acompanhados por renovações dos marcos temáticos e metodológicos, enfoques e modos de análise inovadores que, além de questionar os paradigmas tradicionais, vêm colocando novas questões, descobrindo novas fontes, enfim, contribuindo para redefinir e ampliar noções tradicionais do conhecimento, a capacidade de formular questões inovadoras e apontando novas referências.

O sujeito universal cede lugar a uma pluralidade de protagonistas, deixando de lado a preocupação com a centralidade. Conjuntamente, também se pode perceber como ganho uma gradual “dessencialização” de homens e mulheres em nossa e em outras sociedades, tornando-os plurais. A generalização da abordagem de gênero nos saberes disciplinares da sociologia, an-

13. Contribuíram para tanto pesquisadoras de diferentes áreas, sendo impossível arrolar a todas, algumas delas cabe destacar: Heleieth Saffioti, Eva Blay, Neuma Aguiar, Mary Castro, Lia Machado, M. Valéria Pena, Alice Abreu, Verena Stolcker, M. Cristina Bruschini, Carmem Junqueira, Albertina Costa, Celi Jardim Pinto, Mariza Correa, Suely Kofes, Adriana Piscitelli, Elizabeth Lobo, Bila Sorj, Heloísa Buarque de Holanda, Lena Lavinias, Cláudia Fonseca, Fúlvia Rosemberg, Maria Luíza Heilborn, Maria Odila Dias, Miriam Grossi, Rachel Soihet, Margareth Rago, Joana Pedro, Maria Moraes, Guacira Lopes Louro.

14. Importante incentivo foi implementado através do programa de dotação da Fundação Carlos Chagas com o apoio da Fundação Ford que durante os anos 1970, 80 e 90 realizaram concursos e financiaram projetos e encontros sobre o tema.

15. Cabe destacar revistas que estão centradas na temática, como: *Cadernos Pagú* (Unicamp), *Estudos Feminista*, *Caderno Espaço Feminino* (UFUberlândia); várias outras revistas têm elegido o tema em um dos seus números e recebem um número crescente de artigos sobre gênero.

tropologia, história, literatura, filosofia e psicologia contribuiu significativamente para generalizar a idéia de desnaturalização biológica das categorias homem e mulher e de outras noções.

O método único e racional do conhecimento foi questionado em suas concepções totalizadoras e impositivas, sendo substituído pela multiplicidade de abordagens. Nesse sentido, a contribuição mais significativa foi a da perspectiva relacional, que se generalizou enquanto referência metodológica; a incorporação do deconstrutivismo, da crítica dos poderes, da hermenêutica e da descrição densa produziu uma desnaturalização metodológica.

Essa produção tem revelado os limites da utilização de certas categorias descontextualizadas, sinalizando a necessidade de estudos específicos que evitem tendências a generalizações e premissas preestabelecidas, buscando revelar o processo artificial na construção de certos conceitos supostamente “naturais”, bem como observar a heterogeneidade das experiências, incorporando toda a complexidade do processo histórico e presente, o que implica aceitar as mudanças e descontinuidades.

Quanto às categorias de análise, nota-se uma preocupação explícita de se libertar de conceitos abstratos e universais e, ao mesmo tempo, resgatar as experiências de outros protagonistas, levando o pesquisador a restringir o objeto analisado e desconstruí-lo no passado e no presente, sempre trabalhando de forma relacional os dois gê-

neros, permitindo assim a redescoberta de situações inéditas, não no sentido de apontar o excepcional, mas de descobrir o que até então era inatingível, por estar submerso.

Procurar historicizar os conceitos e categorias com que se tem trabalhado (entre elas a própria categoria gênero), construindo-os durante o processo de pesquisa e incorporar as mudanças, aceitando conscientemente a transitoriedade dos conceitos e do próprio conhecimento, são preocupações que norteiam o trabalho do pesquisador, bem como aceitar a própria efemeridade das perspectivas, a instabilidade das categorias analíticas, constantemente desconstruídas e reconstruídas, e a historicidade inerente ao processo de conhecimento.¹⁶

Nesse sentido, a reconstrução das categorias público e privado, na perspectiva feminina, pode ajudar a clarificar a questão. Os limites entre público e privado foram mais explicitados com a definição das esferas sexuais e a delimitação de espaços para os sexos. A representação do lar, da família, em termos naturais, e da esfera pública, ao contrário, como instância histórica, foi uma herança vitoriana da qual emerge o dualismo público/privado, reafirmando o privado como espaço da mulher, ao destacar a maternidade como necessidade e o espaço privado como

16. Utilizar-se da instabilidade das categorias como um recurso de análise é a proposta, entre outras, de HARDING, S. (1993), “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista”. *Estudos feministas*. Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, vol.1, nº 1.

locus da realização das potencialidades femininas. No mesmo sentido, questiona-se a noção de cultura e natureza, na qual cultura está para o masculino assim como o feminino está para a natureza.¹⁷

Os estudos de gênero vão de encontro a certas tendências que questionam a concepção de evolução linear e progressista e a do tempo vinculado a leis de mudanças e prognósticos do futuro. Procurando acabar com a segmentação entre passado e presente, os estudos de gênero contribuíram para a ampliação do objeto de conhecimento, levando à descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e discontinuidades, descortinando o tempo imutável e repetitivo ligado aos hábitos, mas também o tempo criador, dinâmico e das inovações, focalizando o relativo, a multiplicidade de durações que convivem entre si urdidas.¹⁸ As nuances, as tendências, os movimentos passaram a ocupar a atenção dos pesquisadores em lugar da certeza de fatos cronológicos e periodi-

zações específicas, permitindo ver que a própria história das mulheres não é uma linearidade progressiva, tem ir-e-vir, e que suas lutas e resistências também não podem ser vistas apartadas das tramas de poder.

É indiscutível a contribuição da produção de gênero na ampliação das visões do conhecimento, mas ainda há muito mais por ser feito, já que grande parte dos objetos a serem conhecidos ainda está encoberta por evidências inexploradas. Nesse sentido, os estudos de gênero reconhecem a pesquisa empírica como elemento indispensável para detectar o movimento de constituição de sujeitos, analisando as transformações por que passaram e como construíram suas práticas cotidianas.

Obviamente, não é tanto a falta de documentação sobre as mulheres e homens, mas a noção de que tais informações não teriam a ver com os “interesses do pesquisador”, que gerou a “invisibilidade” das mulheres.¹⁹ Assim, resta ao pesquisador questionar, nova e diferentemente, fragmentos filtrados pela consciência hegemônica dos documentos oficiais e da Igreja.²⁰

17. MATOS, M. I. S. de (1995), “Do público para o privado: redefinindo espaços”. *Cadernos Pagú*. São Paulo, Unicamp, pp. 97-115, e “Na Trama urbana: do público, do privado e do íntimo”. *Projeto História*. São Paulo, Educ, nº 13, pp. 129-149.

18. Esses estudos vêm possibilitando, além da descoberta de temporalidades anteriormente abstraídas, a focalização de outros espaços, contribuindo para redefinir e ampliar noções tradicionais e permitindo o questionamento da polarização entre tempo e espaço, dando preferência para a categoria território como um elemento constitutivo da trama histórica e presente na memória coletiva.

19. SCOTT, J. (1989), “The problem of invisibility”. In: KLEINBERG, J. (comp.). *Retrieving women's history*. Paris, Unesco/Berg., pp. 5-29.

20. Certos corpos documentais, cujo discurso vincula-se à procura de disciplinarização, precisam ser utilizados com cautela nos estudos de gênero. Tem-se que atentar para a não fragmentação da resistência subordinação, não transformando os sujeitos da resistência em objetos da subordinação. Por outro lado, deve-se ter atenção para não atribuir uma força consciente invejável às lutas e resistências femininas, dando-lhes quase uma onipotência, reconstruindo heróis e invertendo mitos.

Os estudos de gênero, usando de muita criatividade, sensibilidade e imaginação na procura de transpor o silêncio e a invisibilidade a que estavam relegadas as mulheres e os homens e suas relações, trouxeram à luz uma diversidade de documentações, um mosaico de pequenas referências esparsas,²¹ que vão desde a legislação repressiva, fontes policiais, ocorrências, processos-crimes, ações de divórcios, até canções, provérbios, literatura, cronistas, memorialistas e folcloristas, sem esquecer as correspondências, memórias, manifestos, diários, materiais iconográficos, fontes eclesiásticas e médicas. Os jornais, a imprensa feminina, a documentação oficial, cartorial e os censos não são descartados, bem como a história oral, que vem sendo utilizada intensamente e de maneira inovadora.

Assim, a dificuldade do pesquisador está mais na fragmentação do que na ausência da documentação, o que requer uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, uma leitura detalhada para esmiuçar o implícito, para descortinar os femininos e os masculinos.²²

21. PERROT, M. (1984) "Les femmes, le pouvoir, l'histoire". In: *Une histoire de femmes est-elle possible?* Paris, Rivage.

22. Partindo do pressuposto que não se pode fazer pesquisa sem registro e recordando os desafios na procura de dar visibilidade às mulheres e aos homens, torna-se indispensável a organização de coleções, corpos documentais, arquivos e bibliotecas temáticas, bem como a produção de inventários e outros elementos que possam mais facilmente viabilizar a pesquisa.

Os estudos de gênero têm se mostrado como um campo multidisciplinar, com uma pluralidade de influências, na tentativa de reconstituir experiências excluídas. Apesar de algumas disciplinas, como a Ciência Política e a Economia, manterem-se refratárias e só mais recentemente incorporarem a categoria, a tendência mais definida é a do estabelecimento da interlocução, que em muito favoreceu a ampliação de áreas de investigação.

A abertura dos estudos nas ciências sociais para as abordagens de gênero vem colocando várias questões em relação à construção de um conhecimento no campo movediço dos estudos de gênero, buscando recuperar as relações entre os sexos, desvendando suas características e estabelecendo relações e articulações entre amplas dimensões.

Por outro lado, a variedade de novas abordagens também renova os olhares sobre o passado e o presente, incorpora a diversidade e a multiplicidade de interpretações, abrindo o campo para a análise de expressões *culturais*, modos de vida, relações pessoais, redes familiares, étnicas e de amizade entre mulheres e entre mulheres e homens, seus vínculos afetivos, ritos e sistemas simbólicos, construção de laços de solidariedade, modos e formas de comunicação e de perpetuação e transmissão das tradições, formas de resistência e lutas até então marginalizadas nos estudos, propiciando um maior conhecimento sobre mulheres e homens.

O enfoque cultural faz emergir outras manifestações passadas e presen-

tes da experiência coletiva e individual de mulheres e homens, em particular de um grande contingente não enquadrado em organizações, e propicia aos pesquisadores a possibilidade de análise do mundo privado e de esferas de informalidade. Nesse sentido, é importante observar as diferenças sexuais enquanto construções culturais, lingüísticas e históricas, que incluem relações de poder não localizadas exclusivamente num ponto fixo — o masculino —, mas presentes na trama política; bem como investigar os discursos e as práticas que garantem o consentimento feminino às representações dominantes e naturalizadas da diferença, o que não excluiria que a incorporação da dominação às variações, manipulações, táticas, recusas e rejeições por parte das mulheres, complexificando as relações de dominação.²³

Impasses e perspectivas

Outrora rejeitado — e até marginalizado —, o tema da mulher passou a ser encarado como uma possibilidade de recuperação de outras experiências. Com a incorporação do gênero como categoria de análise, tem-se procurado demonstrar que o comportamento, as sensibilidades e os valores que são aceitos em uma sociedade, num certo local e momento, podem ser rejeitados em outras formas de organização social e/ou em outros períodos;

23. CHARTIER, R. (1995), "Diferenças entre os sexos e dominação simbólica". In: *Cadernos Pagú*, Campinas, n.º4.

os estudos de gênero contribuíram para ampliar noções como resistência e experiência, possibilitando o questionamento dos universalismos, do irreduzível e do natural, destacando as diferenças e reconhecendo-as como histórica, social e culturalmente constituídas, o que se tornou um pressuposto do pesquisador que procura incorporar essa categoria, permitindo perceber a existência de processos diferentes e simultâneos, bem como abrir um leque de possibilidades de focos de análise.

As abordagens que incorporam a análise do gênero têm revelado um universo de tensões e movimento com toda uma potencialidade de confrontos, a *transversalidade* de gênero deixa entrever um mundo no qual se multiplicam formas peculiares de identificação-diferenciação vivenciadas de múltiplas formas. Tais abordagens pretendem perceber suas mudanças e permanências, descontinuidade e fragmentação, as amplas articulações, as infinitas possibilidades dessa *trama* multidimensional que se compõem e recompõem continuamente.²⁴

A politização do privado e a privatização do público são novos desafios à interpretação crítica do pesquisador e permitem a ampliação de questões metodológicas importantes, sem abstração do engajamento político do sujeito do conhecimento. A politização do

24. Uma urdidura de intermediações do sistema de poder revela toda uma organização de solidariedade, resistência silenciosa e contestadora, cumulativa de improvisação. VEYNE, P. (1982) *Como se escreve a História*. Brasília, Unb.

cotidiano pressupõe uma comunicação entre o pesquisador e os testemunhos, que provêm de um questionamento na inserção do pesquisador no mundo contemporâneo. Envolve a interação do sujeito com o objeto, sem uma neutralidade prefixada, criando uma verdadeira sintonia entre o pesquisador e seu objeto de estudo, no processo de conhecimento envolvido em um diálogo crítico entre hipóteses, observações, categorias e arcabouço documental sem um método previamente pronto e fechado.²⁵

Ao lado do engajamento do pesquisador com o presente e a transitoriedade do conhecimento, há a diversidade de interpretações possíveis, a multiplicidade de perspectivas analíticas, que são constantemente refeitas junto aos parâmetros e categorias.

Trabalhos recentes sobre as mulheres e os estudos de gênero superaram temáticas tradicionais, mas ainda enfrentam dificuldades em articular estratégias metodológicas vinculadas à teoria feminista e manter um estreito contato com correntes renovadoras de interpretação.

O crescimento da produção sobre o gênero, ao contrário de esgotar as possibilidades, abriu controvérsias, instaurando um debate fértil. Contudo, alguns problemas de definição, fontes, método e explicação persistem, e entre eles a diversidade que envolve a própria categoria gênero.²⁶ Convivem di-

25. GADAMER, H.-G. (1984), *Truth and method*. Nova York, Crossroad.

26. BURKE, P. (org.). (1992), *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Unesp, p. 24.

versas posições, perspectivas, controvérsias e tensões nos estudos, todavia essas diferentes abordagens coincidem com a diversidade de correntes presentes nas ciências sociais contemporâneas. Mas cabe ainda refletir mais cautelosamente a respeito dos efeitos dos estudos de gênero sobre os campos disciplinares e dos efeitos dos saberes disciplinares sobre o campo dos estudos de gênero.

Um balanço da produção e a crítica interna permitem visualizar o surgimento de desafios. Inquestionavelmente, grande parte da produção privilegiou o enfoque das experiências femininas em detrimento de seu universo de relações com o mundo masculino. Ainda são raros os estudos sobre as masculinidades, deixando a impressão de que os homens existem em algum lugar além, constituindo-se num parâmetro extra-histórico e universalizante.²⁷

27. Um conjunto de estudos vem contribuindo para denunciar os poderes e seus abusos por parte dos homens, podendo em parte ser unificado por um certo senso de ultraje moral pela histórica subordinação e exploração das mulheres pelos homens. Como contraponto, diferentes autores destacam nas suas análises os aspectos problemáticos do ser homem, emergindo a chamada "questão-crise" do masculino, denunciando os fardos e conflitos da masculinidade e suas exclusões, almejando uma flexibilidade de papéis, sem grandes alterações nas dinâmicas de poder. Questionando o caráter essencialista e parcial desses estudos, outras pesquisas têm apresentado claras evidências nos processos de construções de normas e hegemonias que suportam a superioridade do homem branco ocidental. Questionam a naturalidade da heterossexualidade, a inevitabilidade do progresso científico e do desenvolvimen-

Proliferaram os estudos concretos, mas já se sente a necessidade de uma síntese que abarque as continuidades e descontinuidades, as desigualdades persistentes e as experiências diferentes, bem como a homossexualidade, deixando de revelar a pluralidade dos femininos e dos masculinos.

Igualmente difícil de analisar é a relação entre o particular e o geral, de modo que constitui grande desafio para o pesquisador mostrar como os gêneros fazem parte da história e do presente, abordá-los mais de modo analítico que apenas descritivo, relacioná-los aos acontecimentos mais conjunturais, estabelecendo relações e articulações mais amplas, inserindo-os na dinâmica das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais,

to econômico, vendo a masculinidade dentro das suas especificidades na construção social, cultural e histórica.

Assim, torna-se cada vez mais necessário superar a dicotomia, ainda presente, entre a "vitimização" e a visão de "onipotência" masculina vinculada à denúncia do seu poder e de seus abusos. Destaca-se a necessidade de estudos críticos dos estereótipos masculinos associados a força, poder, agressividade, decisão, capacidade de domínio e iniciativa para se desenvolver um enfoque analítico sobre a construção da masculinidade à manutenção das hegemonias e todas as tramas de poder que permeiam as relações de gênero. OLIVEIRA, P. P. (1998), "Discursos sobre a masculinidade". *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, vol.6, pp. 91-113. MATOS, M. I. S. de. "Por uma história das sensibilidades em foco a masculinidade". *História Questões e Debates*, Curitiba, Ed. UFPr., n° 34, pp. 45-63.; MATOS, M. I. S. de (2001), "Meu Lar é o Botequim: alcoolismo e masculinidade", São Paulo, Cia. Editora Nacional.

o que propicia a reinvenção da totalidade dentro do limite do objeto pesquisado.

Por outro lado, deve-se lembrar a manutenção da discrepância entre a alta qualidade da recente investigação sobre as mulheres e a persistência de seu *status* marginal, que se soma à debilidade dos movimentos feministas contemporâneos, descolados dos estudos acadêmicos. Vem sendo dirigida uma atenção especial à luta das mulheres, porém resta muito a fazer, em especial sobre a história do feminismo, procurando recuperar toda a sua historicidade e a diversidade de suas reivindicações. Há que se aprofundar a análise não apenas das experiências masculina e feminina no passado e no presente, mas também da conexão entre história passada e prática atual, procurando manter viva a crença na utopia de que as construções de gênero não são inertes nem eternas, mas mutáveis e reconstruíveis.

Ao pesquisador resta a tarefa contínua tanto de desconstruir as diferenças quanto desnaturalizá-las; procurar desvendar o estabelecimento das hegemonias discutindo com rigor as questões de subordinação/dominação; adotar uma perspectiva de gênero — relacional, posicional e situacional —, lembrando que gênero não se refere unicamente a homens e mulheres e que as associações homem-masculino e mulher-feminino não são óbvias, devendo-se considerar as percepções sobre masculino e feminino como dependentes e constitutivas das relações culturais; procurando não essencializar

sentimentos, posturas e modos de ser e viver de ambos os sexos.

Espera-se que os estudos de gênero desestabilizem ainda mais as certezas dos pesquisadores e ampliem as possibilidades de críticas sobre a noção de natureza humana. Que o universal masculino (homem branco, heterossexual, ocidental, classe média) deixe de ser generalizável e identificável como natural, possibilitando o questionamento de clivagens e permitindo a descoberta de outras subjetividades até então pouco visíveis e insondadas.

Assim, percebe-se que as discussões deslocam-se das identidades feminina e masculina para as subjetividades múltiplas e não unificadas, devendo a própria noção de identidade ser historicizada e problematizada junto à imagem de interioridade e essência que a constituía.

Dessa forma, os estudos sobre a subjetividade apresentam-se como uma nova fronteira para as investigações na medida em que tematizar a subjetividade, justamente, problematiza a noção de sujeito universal, unitário, isolável, emergindo a centralidade nos processos de diferenciação e nas possibilidades de construção singular da existência nas configurações assumidas pelas apreensões que os sujeitos fazem de si e do mundo. O atual desafio para os estudos de gênero é serem os patrocinadores da “revanche da subjetividade”, identificada com a irracionalidade ou passionalidade.

Os estudos de gênero, porém, não representam opção para o pesquisador preocupado com um método que pres-

suponha equilíbrio, estabilidade e funcionalidade. Tal temática é extremamente abrangente e impõe dificuldades para definições precisas, exige criatividade, sensibilidade e imaginação. São muitos os obstáculos para os pesquisadores que se atrevem a enveredar pelos estudos de gênero — campo minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambigüidades, caminho inóspito para quem procura marcos teóricos fixos e definidos.

Recebido em 5/5/2002

Aprovado em 30/6/2002

Maria Izilda S. de Matos, professora titular do Departamento de História da PUC-SP.
E-mail: mismatos@pucsp.br